



澳門特別行政區政府
Governo da Região Administrativa Especial de Macau
社會文化司司長辦公室
Gabinete do Secretário para os Assuntos Sociais e Cultura

Dados complementares da área dos Assuntos Sociais e Cultura Reunião de debate das LAGS de 2014

Deputado Chui Sai Peng:

- 1. Após a alteração das atribuições do Instituto para os Assuntos Cívicos e Municipais (IACM), que funções passarão a ser exercidas pelo Instituto Cultural (IC)? E que funções do IC passarão a ser exercidas pelo IACM?**

No sentido da reestruturação do IACM, está a ser planeada a transferência de uma parte das atribuições para o IC. O projecto actual de transição das atribuições para o IC é o seguinte:

1. As bibliotecas do IACM irão integrar-se na rede da Biblioteca Central, organismo dependente do IC;
2. Os respectivos museus irão integrar-se na rede do Museu de Macau;
3. Os espaços de actuação e exposição, as exposições e os eventos culturais irão ficar a cargo de departamentos do IC.

As acções da transferência envolvem dois departamentos dependentes do Secretariado para a Administração e Justiça e do Secretariado para os Assuntos Sociais e Cultura e abrangem vários trabalhos nas áreas das funções, instalações e planeamento, pelo que os departamentos subordinados ao IACM e o respectivo pessoal irão executar as respectivas funções segundo o plano anual habitual, de modo a assegurar uma



澳門特別行政區政府
Governo da Região Administrativa Especial de Macau
社會文化司司長辦公室
Gabinete do Secretário para os Assuntos Sociais e Cultura

transição funcional bem sucedida e a minimizar o impacto sobre os cidadãos.

Na sequência da conclusão da transferência das funções, dar-se-á prioridade ao aperfeiçoamento da integração e racionalização das funções dos respectivos organismos, assim como ao resumo das experiências, planeando-se os trabalhos futuros da forma mais completa e cuidadosa, sem perturbar o funcionamento de todos os departamentos.



澳門特別行政區政府
Governo da Região Administrativa Especial de Macau
社會文化司司長辦公室
Gabinete do Secretário para os Assuntos Sociais e Cultura

Deputada Wong Kit Cheng:

2. Como é a afectação dos 187 elementos a ser contratados no ano de 2014?

Como é a situação dos médicos especialistas?

No ano de 2014, será necessário o preenchimento de mais vagas pela conclusão de algumas instalações médicas, pela maior procura de cuidados de saúde, pelo desenvolvimento de novos serviços e pela mobilidade de pessoal; por isso, os Serviços de Saúde pretendem contratar 187 profissionais de saúde, incluindo médicos, técnicos superiores de saúde, farmacêuticos, técnicos de diagnóstico e terapêutica, auxiliares de enfermagem, entre outros.

Desde o ano de 1989, os Serviços de Saúde têm promovido continuamente a formação de médicos especialistas; até Setembro de 2013, um total de 184 médicos concluíram a formação de especialista. Actualmente, 25 médicos estão a frequentar a formação de especialista, respectivamente, 9 internos complementares em medicina de urgência, 7 em clínica geral e 1, respectivamente, em medicina legal, radiologia, neurologia, medicina interna, cirurgia geral, saúde pública, pediatria, psiquiatria e anatomia patológica. No ano de 2014 paverá mais, 70 médicos especialistas.

Para além disso, os Serviços de Saúde, conjuntamente com o Hospital Kiang Wu e o Hospital Universitário de Ciência e Tecnologia, realizam a formação de médicos gerais, dos quais, um total de 354 frequentaram o Curso de Aperfeiçoamento do Conhecimento Clínico (1.^a e 2.^a edições), tendo 75 pessoas concluído o 2.^o curso; a



澳門特別行政區政府
Governo da Região Administrativa Especial de Macau
社會文化司司長辦公室
Gabinete do Secretário para os Assuntos Sociais e Cultura

par disso, 55 alunos concluíram o Curso de Estágio Avançado de Clínica Médica (1.^a edição) e entrarão em breve para a avaliação, cuja inscrição da 2.^a edição, com uma quota de 90 pessoas, está a decorrer.

Situação da contratação de profissionais de saúde em 2014:

	Pessoas
Médicos	8
Farmacêuticos (estagiários)	48
Técnico Superior de Saúde (estagiário)	24
Técnico de Diagnóstico e Terapêutica	14
Auxiliar de Enfermagem	93
Sub-total	187



3. Como estão os trabalhos relativos à “Base de Dados com Informações sobre as mulheres em Macau”?

As funções do estabelecimento da “Base de Dados com Informações sobre as mulheres em Macau” destinam-se a demonstrar, de forma geral, as várias vertentes da população feminina da RAEM, nomeadamente o seu número, as suas condições de vida e de saúde em determinado período, assim como a comparação das informações dos diferentes períodos. Através desses dados, podem ser estabelecidos outros índices relacionados com as mulheres em Macau, tais como o “Índice de Saúde Física e Mental”, “Índice de Profissionalismo”, “Índice de Capacidade Económica”, “Índice de Dedicção à Família”, “Índice de Participação Social”, “Índice de Conceito sobre o seu Papel” etc.. Como a criação dessa Base precisa de trabalhos preparatórios mais abrangentes no planeamento, além de se escutarem as opiniões dos membros da Comissão dos Assuntos das Mulheres sobre a “Base de Dados”, realizam-se também várias reuniões com as empresas incumbidas da sua criação, a fim de se alcançar um consenso sobre as funções da “Base de Dados com Informações sobre as mulheres em Macau”, incluindo o conteúdo, o modelo de gráficos amostrados e a forma de operação e de manutenção.

Prevê-se que começarão, em Janeiro de 2014, a recolha e a organização dos dados para a “Base de Dados”, a realização de estatística e a criação de índice comum internacional e índice de investigação empírica; e depois, realizar-se-ão os procedimentos do desenho da Base de Dados e da criação do painel de instrumentos, de acordo com o tipo dos dados e as funções necessárias; Prevê-se que os respectivos procedimentos demorem cerca de seis meses; posteriormente, realizar-se-ão exames internos para que se consiga ter a Base de Dados entrar em funcionamento no terceiro trimestre de 2014.



澳門特別行政區政府
Governo da Região Administrativa Especial de Macau
社會文化司司長辦公室
Gabinete do Secretário para os Assuntos Sociais e Cultura

Deputado Chan Iek Lap:

4. Face à questão do aparecimento das doenças crónicas em grupos etários cada vez mais novos, é obrigatório a Autoridade proceder ao alargamento quanto à educação para a saúde junto dos jovens e das pessoas em idade adulta, intensificando a divulgação e levando-os a aproveitarem-se da utilização dos vales de saúde atribuídos anualmente para realizarem exames médicos, com vista à prevenção das doenças crónicas.

O Governo da Região Administrativa Especial de Macau, através do Centro de Prevenção e Controlo das Doenças, da Comissão da Cidade Saudável, Comissão de Prevenção e Controlo das Doenças Crónicas, Comissão de Luta Contra a Sida e os Centros de Saúde, entre outros, desenvolveu uma série de trabalhos de educação para a saúde, promovendo continuamente um estilo de vida saudável e dedicando-se à redução da morbilidade das diversas doenças.

A Comissão de Cidade Saudável preconizou como ponto de partida a promoção de escolas saudáveis e edifícios saudáveis, divulgando por diferentes vias junto das diversas camadas de cidadãos os conhecimentos sobre o estilo de vida saudável e a prevenção das doenças. O Plano de promoção em escolas saudáveis inclui actividades de promoção sobre o Programa de criação do bar saudável e a Festa da fruta. No ano lectivo de 2013, registou-se a participação de 34 escolas na actividade de criação do bar saudável e, por outro lado, a actividade da Festa da fruta também conseguiu atrair mais de 80 escolas. Mais de 60.000 pessoas participaram, abrangendo os ensinamentos



澳門特別行政區政府
Governo da Região Administrativa Especial de Macau
社會文化司司長辦公室
Gabinete do Secretário para os Assuntos Sociais e Cultura

infantil, primário e secundário. No que concerne aos edifícios saudáveis, registaram-se, no período de 2006 e 2010, 220 edifícios que obtiveram o elogio. No ano de 2013 encontra-se em desenvolvimento a organização do trabalho de promoção da nova etapa do plano, coordenado com os residentes, a fim de melhorar o ambiente no interior dos edifícios.

A Comissão de Prevenção e Controlo das Doenças Crónicas desenvolveu prioritariamente trabalhos de prevenção destinados às primeiras causas de morte em Macau de doenças crónicas não transmissíveis como o cancro, doença cardiovascular, diabetes e doença crónica do tracto respiratório, repartidos por quatro equipas de trabalho. A par disso, os Serviços de Saúde vão através de várias vias desenvolver continuamente o trabalho de divulgação sobre a educação para a saúde junto dos cidadãos de diferentes grupos etários, incluindo a promoção de saúde nos locais de trabalho, planos de saúde dos homens, divulgação de informações sobre a prestação de atenção à saúde e prevenção de doença destinada às pessoas de meia-idade e em idade adulta, bem como a elaborar folhetos e brochuras de divulgação sobre a vida saudável e a prevenção de diversas doenças e doenças infecto-contagiosas que, por sua vez, vão ser disponibilizados aos cidadãos para a sua leitura em hospitais, centros de saúde e Centro de Informações ao Público. Concomitantemente, vão ser distribuídos em escolas, associações e locais de actividades comunitárias. Os centros de saúde de Macau realizaram cursos de auto-gestão em doenças crónicas, os quais orientam os cidadãos a dominar a técnica em manter a saúde e proceder à decisão de auto-gestão da saúde.



澳門特別行政區政府
Governo da Região Administrativa Especial de Macau
社會文化司司長辦公室
Gabinete do Secretário para os Assuntos Sociais e Cultura

A partir do ano de 2009, o Governo da Região Administrativa Especial de Macau implementou pela primeira vez o Programa de Participação nos Cuidados de Saúde e até ao ano de 2012, foi aplicado há quatro anos, registando-se que cerca de 85% das pessoas imprimiram os vales de saúde, cuja taxa de utilização atingiu os 90%. Devido à situação concreta, o valor do Programa de Participação nos Cuidados de Saúde no ano de 2013 aumentou para 600 patacas, assim como se antecipou a atribuição dos vales de saúde, alargando então a base de apoio e elevando a eficácia das medidas adoptadas.

— O Governo da Região Administrativa Especial de Macau espera, através dos Centros de Saúde, entidades médicas sem fins lucrativos e associações cívicas, realizar diversos trabalhos relativos à divulgação e promoção de saúde. Concomitantemente, continua a intensificar o modelo de apoio e de aquisição de serviços, permitindo que as entidades médicas sem fins lucrativos aumentem a capacidade de oferta de serviços aos cidadãos, bem como a implementar o Programa de Participação nos Cuidados de Saúde, com vista a desenvolver ainda mais os recursos médicos comunitários, elevando a flexibilidade dos serviços prestados, alcançando o objectivo de promover ainda mais a protecção da saúde, bem como proceder à triagem dos doentes de forma eficaz.



澳門特別行政區政府
Governo da Região Administrativa Especial de Macau
社會文化司司長辦公室
Gabinete do Secretário para os Assuntos Sociais e Cultura

Deputado Au Kam San:

5. Quanto ao assunto do o jovem de 14 anos que esfaqueou a mãe, pergunta se existe alguma lacuna no respectivo regime educativo? Sugere a integração da educação de gestão da emoção no currículo.

A DSEJ tem investido os seus esforços na garantia do direito à educação dos alunos enquadrados na educação obrigatória e tem facultado, activamente, serviços de apoio aos alunos que abandonaram a escola, incluindo aconselhamento e recolocação nouro estabelecimento de ensino, etc., na esperança que este apoio os auxilie a adaptar-se novamente à vida escolar. No caso referido pelo Senhor Deputado Au Kam San, a DSEJ aproveita a oportunidade para lamentar o ocorrido.

De acordo com o Guia de Funcionamento das Escolas, dirigido às escolas, estas devem informar a DSEJ, no prazo de 7 dias a partir da data de abandono da escola pelo aluno, desse facto. No caso em concreto, a DSEJ não recebeu qualquer mensagem sobre a saída deste jovem. Embora o agente de aconselhamento aos alunos tivesse trabalhado com ele, no ano lectivo de 2012/2013, quando ainda não tinha abandonado os estudos, e tivesse oferecido apoio segundo as suas necessidades de carácter psicológico, infelizmente, não foi possível solucionar, efectivamente, o problema deste jovem. Após o sucedido, verificou-se a necessidade de melhorar ainda mais a implementação dos serviços de aconselhamento aos alunos e dos serviços de apoio às situações de abandono escolar.



澳門特別行政區政府
Governo da Região Administrativa Especial de Macau
社會文化司司長辦公室
Gabinete do Secretário para os Assuntos Sociais e Cultura

A DSEJ encontra-se, nesse sentido, a rever os métodos de trabalho, especialmente, no que diz respeito à concretização dos deveres do governo, da escola e das entidades de aconselhamento. Ao mesmo tempo, pretende-se melhorar a base de dados contendo informações sobre o estatuto individual dos alunos, a situação da frequência escolar e os contactos para os casos urgentes, possibilitando uma acção mais atempada e eficaz, dedicando maior atenção ao apoio prestado aos alunos que saíram da escola, a meio do ano lectivo ou aos alunos que não continuaram a frequentar a escola, depois do fim do ano lectivo, de modo a enfrentar as dificuldades. Na proposta do regime da escolaridade obrigatória que está a ser revista, os deveres e obrigações que os pais, escolas e alunos devem cumprir também serão reforçados, aprofundando as medidas de acompanhamento para os alunos com elevado absentismo ou para aqueles que não se matricularam e, ainda, estabelecendo um regime sancionatório, de modo a garantir que as crianças em idade escolar tenham condições e oportunidades para concluir a escolaridade obrigatória.

Para além disso, os actuais trabalhos de aconselhamento a alunos e currículos escolares já incluem matérias relativas à gestão das emoções e às relações humanas, entre outras. A DSEJ, na sequência da estratégia de uma Educação para a Vida, realizará mais actividades de aconselhamento para alunos com características de prevenção e desenvolvimento, de forma a ensinar aos alunos as técnicas de resolução de problemas. As exigências das competências académicas básicas da educação moral e cívica também as incluem nos respectivos conteúdos. Como exemplos, ao nível do ensino secundário geral, exige-se ensinar os alunos a “entender, regular e controlar as



澳門特別行政區政府
Governo da Região Administrativa Especial de Macau
社會文化司司長辦公室
Gabinete do Secretário para os Assuntos Sociais e Cultura

suas emoções e impulsos psicológicos”, a “dominar os métodos simples para tratar dos conflitos da família” e a “conhecer a função familiar e os elementos necessários para construir uma família alegre e harmoniosa”, que constam do material escolar sobre educação moral e cívica já publicado e em utilização.



澳門特別行政區政府
Governo da Região Administrativa Especial de Macau
社會文化司司長辦公室
Gabinete do Secretário para os Assuntos Sociais e Cultura

Deputado Si Ka Lon:

6. Relativamente à formação dos profissionais médicos, quais são as soluções promovidas pelo Governo, face à não correspondência entre o estabelecimento dos cursos de formação de medicina clínica e o resultado da prova real?

Em 2011, no concurso de prestação de provas para ingresso no internato geral dos Serviços de Saúde, registou-se que dois (2) dos 318 candidatos foram aprovados na prova; quer dizer, a taxa da aprovação foi inferior a 1%, indicando que os conhecimentos de teoria e prática recém-licenciados do curso da medicina de Macau deveriam ser melhorados.

Com vista a melhorar o grau dos conhecimentos e técnico recém-licenciados do curso da medicina, os três hospitais locais colaboraram, organizando cursos relacionados para efeitos de formação dos profissionais. Os Serviços de Saúde juntamente com a Universidade de Ciência e Tecnologia de Macau organizaram duas edições do “Curso de Aperfeiçoamento do Conhecimento Clínico”, com uma duração de 5 meses, tendo como objectivo a melhoria de conhecimentos de teoria clínica dos profissionais. Na 1.^a edição deste curso, registaram-se 215 candidatos; 79 deles foram aprovados, sendo a taxa da aprovação de 36,74%. Por sua vez, na 2.^a edição do curso registaram-se 139 candidatos; 75 deles foram aprovados, sendo a taxa da aprovação de 53,96%.

Os Serviços de Saúde, juntamente com o Hospital “Kiang Wu”, organizaram o “Curso de Estágio Avançado de Clínica Médica”, com uma duração de 12 meses, tendo como



澳門特別行政區政府
Governo da Região Administrativa Especial de Macau
社會文化司司長辦公室
Gabinete do Secretário para os Assuntos Sociais e Cultura

objectivo a consolidação da base de conhecimentos de teoria clínica, a melhoria e reforço da capacidade de prática clínica, a fim de aumentar a sua experiência e familiarizar-se com o ambiente médico relacionado e os destinatários deste curso foram os alunos que concluíram o curso indicado anteriormente. Este curso foi concebido tomando como referência o modelo de curso do internato geral. Após a sua conclusão, os alunos foram obrigados a submeter-se à prova profissional e os alunos aprovados podem solicitar, de acordo com legislação vigente, o reconhecimento de equivalência de habilitações académicas na área de formação de internato geral; quer dizer, tendo sido reconhecido, podem apresentar a sua candidatura, em face da publicação do recrutamento de médico geral dos Serviços de Saúde.

Os Serviços de Saúde estão a proceder à revisão do regime de registo dos profissionais de saúde, determinando que os futuros recém-licenciados do curso de medicina, quer seja para a prestação de serviços como médico no hospital público, quer seja de médico em regime privado, serão obrigados a cumprir o método supracitado, isto é, a participar nos cursos de formação similares, correspondendo à exigência do registo de licenciamento de um médico em Macau.



澳門特別行政區政府
Governo da Região Administrativa Especial de Macau
社會文化司司長辦公室
Gabinete do Secretário para os Assuntos Sociais e Cultura

Deputado José Pereira Coutinho:

7. Manifesta apoio à proibição completa do tabagismo. O Governo propôs a proibição do tabagismo de forma faseada e com diferentes graus; assim, os problemas surgidos desta prática devem ser da responsabilidade do Secretário. A Autoridade proporciona ou não exame médico aos trabalhadores dos casinos para poder tomar conhecimento do seu estado de saúde?

A fim de proteger a saúde dos trabalhadores que exercem funções nas áreas para fumadores dos casinos, os Serviços de Saúde emitiram às concessionárias e subconcessionárias dos casinos 《as directrizes sobre as áreas para fumadores nos casinos》, exigindo-lhes o cumprimento rigoroso das medidas específicas destinadas à prevenção da doença e à protecção da saúde dos respectivos trabalhadores, incluindo garantir que as trabalhadoras, durante a gravidez e nos primeiros três meses após o parto, bem como os trabalhadores portadores de doenças cardíacas e pulmonares, não exerçam a sua actividade nas áreas para fumadores; estabelecer um regime de rotatividade dos trabalhadores e proporcionar aos trabalhadores uma melhor assistência na doença, entre outras medidas. Um trabalhador do casino, em caso de confirmada a gravidez ou de ser portador de doenças cardíacas ou pulmonares, pode apresentar à concessionária ou subconcessionária do casino o pedido de não trabalhar nas áreas para fumadores. Caso esta recuse, o trabalhador pode apresentar queixa aos Serviços de Saúde ou à Direcção dos Serviços para os Assuntos Laborais.

Por outro lado, as concessionárias e as subconcessionárias dos casinos estão obrigadas



澳門特別行政區政府
Governo da Região Administrativa Especial de Macau
社會文化司司長辦公室
Gabinete do Secretário para os Assuntos Sociais e Cultura

a promover a realização de exames médicos gratuitos dos respectivos trabalhadores, pelo menos uma vez por ano, que incluam os exames legalmente previstos, devendo ainda enviar anualmente aos Serviços de Saúde informações relativas aos resultados dos exames médicos. Recentemente, os Serviços de Saúde enviaram ofícios às concessionárias e subconcessionárias dos casinos a solicitar a apresentação das informações relativas aos resultados dos exames médicos proporcionados aos trabalhadores que exercem a sua actividade nas áreas para fumadores dos casinos.



澳門特別行政區政府
Governo da Região Administrativa Especial de Macau
社會文化司司長辦公室
Gabinete do Secretário para os Assuntos Sociais e Cultura

Deputado Mak Soi Kun:

8. Quando é que vai ser implementado o exame de credenciação profissional dos assistentes sociais bem como das outras especialidades? A Direcção dos Serviços de Educação e Juventude irá criar uma subunidade específica para uniformizar o reconhecimento das habilitações académicas?

Para obter, com a brevidade possível, o consenso do sector de serviço social e acelerar os trabalhos relativos à elaboração da “Proposta de Lei do Regime de Credenciação dos Assistentes Sociais” (adiante designada por “Proposta”), foi criada, com base nas deliberações tomadas na primeira reunião plenária do Conselho de Acção Social (adiante designado por “Conselho”) realizada em 2013, a “Comissão Especializada para a Revisão da Proposta de Lei do Regime de Credenciação dos Assistentes Sociais” (adiante designada por “Comissão”), a qual é composta por vogais quer do Conselho quer das respectivas partes interessadas.

Nas cinco reuniões realizadas, foram discutidos vários temas ou conteúdos incluídos na Proposta, nomeadamente, definição de serviço social, código deontológico, requisitos gerais para inscrição, situações excepcionais (disposições transitórias), desenvolvimento da profissão (formação contínua), mecanismo de supervisão, viabilidade de inscrição dos trabalhadores da função pública com habilitação de serviço social e comparação das competências entre o Conselho de Assistentes Sociais Registados a constituir e as outras comissões já existentes a nível profissional que se dedicam aos assuntos ligados à credenciação. Nas reuniões de trabalho a convocar



澳門特別行政區政府
Governo da Região Administrativa Especial de Macau
社會文化司司長辦公室
Gabinete do Secretário para os Assuntos Sociais e Cultura

posteriormente continuarão a ser discutidas as matérias respeitantes à natureza e à composição do Conselho de Assistentes Sociais Registados.

Prevê-se que o relatório sobre as opiniões recolhidas fique concluído em meados de 2014 e envidar-se-ão todos os esforços para que o texto da Proposta revisto possa ficar concluído no segundo semestre deste ano.

Os Serviços de Saúde têm cumprido o Decreto-Lei que “regula o licenciamento para o exercício da actividade privada de prestação de cuidados de saúde” e outros diplomas legais que regulam expressamente o licenciamento dos médicos, médicos de medicina tradicional chinesa, mestres de medicina tradicional chinesa, médicos dentistas, odontologistas, enfermeiros, terapeutas, massagistas, acupuncturistas, técnicos de meios auxiliares de diagnóstico e terapêutica, farmacêuticos e ajudantes técnicos de farmácia, entre os quais o licenciamento dos médicos, médicos de medicina tradicional chinesa, médicos dentistas e enfermeiros, etc., é sujeito à apreciação rigorosa de documentos. Uma parte dos profissionais de saúde, para além de se sujeitar aos requisitos de habilitação académica, tem que obter aprovação no exame para poder exercer a sua profissão em Macau.

Relativamente ao sistema público de saúde, foram estabelecidos regimes jurídicos das carreiras especiais para os profissionais de saúde, nomeadamente, médicos, enfermeiros, farmacêuticos e técnicos superiores de saúde, definindo explicitamente os requisitos de ingresso.



澳門特別行政區政府
Governo da Região Administrativa Especial de Macau
社會文化司司長辦公室
Gabinete do Secretário para os Assuntos Sociais e Cultura

A fim de otimizar o regime de registo dos profissionais de saúde de Macau, os Serviços de Saúde planeiam, através da revisão da respectiva legislação, aperfeiçoar os exames para o reconhecimento da qualificação profissional dos trabalhadores de saúde, que exercem funções públicas ou privadas e introduzir o mecanismo de formação contínua obrigatória no âmbito de saúde. No respeitante aos requisitos de habilitação académica dos profissionais de saúde, para além da existência de disposições transitórias para os trabalhadores efectivos, os profissionais a serem registados estarão obrigados a possuir habilitação académica correspondente e publicamente reconhecida, de forma a aumentar a aceitabilidade da sua qualificação profissional e a sua competitividade, assim se enquadrando nos critérios internacionais. Actualmente, o Conselho para os Assuntos Médicos está a proceder à discussão e à emissão de pareceres sobre os regimes de registo.

Em relação à verificação das habilitações académicas, nos termos do Regulamento Administrativo n.º 26/2003 (Verificação de habilitações académicas), para confirmação de que as habilitações invocadas são as adequadas ao exercício de determinada função pública ou actividade profissional condicionada por intervenção de entidade pública ou para o prosseguimento de estudos e, para aferição da idoneidade e autenticidade dos documentos comprovativos das habilitações académicas invocadas, os serviços ou entidades podem solicitar parecer à Direcção dos Serviços de Educação e Juventude (DSEJ) ou ao Gabinete de Apoio ao Ensino Superior, consoante se trate de habilitações académicas do ensino primário,



澳門特別行政區政府
Governo da Região Administrativa Especial de Macau
社會文化司司長辦公室
Gabinete do Secretário para os Assuntos Sociais e Cultura

secundário ou superior.

No que diz respeito à promoção da certificação profissional, de modo a melhorar a capacidade profissional dos alunos, a DSEJ procura orientar aqueles que se encontrem a frequentar os cursos do ensino técnico-profissional de forma a obterem uma credenciação profissional antes da graduação, por exemplo: LCCI (Diploma profissional em contabilidade), certificado de turismo MORS, certificação de árbitros de desporto ou adaptação física, entre outras, bem como promover os planos de financiamento, encorajando os alunos do ensino secundário complementar ou os docentes das disciplinas de línguas a participarem nos exames de credenciação de línguas, reconhecidos internacionalmente. Em 2011 foi implementado o “Programa de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento Contínuo”, de modo a incentivar os residentes a participarem nos diversos cursos profissionais, adquirirem mais competências ou finalizarem a respectiva credenciação, levando à participação de mais de 78.000 pessoas que apresentaram pedidos de subsídio, o que correspondeu a cerca de 35% do total do número de *itens* subsidiados. No futuro, em articulação com as necessidades de desenvolvimento social, o governo da RAEM continuará a elevar a qualidade dos residentes, criando condições favoráveis ao desenvolvimento dos alunos, no sentido de criar, gradualmente, uma sociedade de aprendizagem permanente.

Os respectivos serviços do Governo da RAEM encarregaram uma entidade académica de realizar um estudo relativo à necessidade do regime de reconhecimento de habilitações . Através da análise dos respectivos diplomas legais em Macau e da



澳門特別行政區政府
Governo da Região Administrativa Especial de Macau
社會文化司司長辦公室
Gabinete do Secretário para os Assuntos Sociais e Cultura

realização das entrevistas com os responsáveis do sector dos recursos humanos de 30 serviços públicos, o estudo dá-nos a conhecer as opiniões e sugestões destes serviços sobre o regime de reconhecimento das habilitações académicas. Por outro lado, com base em métodos como, entre outros, entrevistas telefónicas e análise dos textos, procedeu-se ao estudo de casos quanto às experiências do reconhecimento de habilitação nos países e regiões como Interior da China, Taiwan, Singapura e União Europeia, para explorar a situação da necessidade do regime de habilitações em Macau.

Já foi elaborada a minuta do relatório do estudo acima referido, demonstrando este, inicialmente, que é mais adequado o regime centralizado de habilitações académicas e que este regime deve corresponder mais ao desenvolvimento de longo prazo de Macau. Os serviços do Governo da RAEM irão analisar, profundamente, os resultados do estudo e as opiniões do respectivo grupo e apresentar, também, sugestões para o acompanhamento.



澳門特別行政區政府
Governo da Região Administrativa Especial de Macau
社會文化司司長辦公室
Gabinete do Secretário para os Assuntos Sociais e Cultura

Deputado Fong Chi Keong:

9. Actualmente, são atribuídos subsídios aos alunos que frequentam cursos em Taiwan ou noutros países, mas não aos que frequentam cursos nas cidades do interior da China (tal como Província de Guangdong)? Não deve haver diferença entre as cidades, deve-se atribuir o subsídio aos alunos que frequentam cursos em qualquer cidade do interior da China, de acordo com o Acordo-Quadro de Cooperação Guandong-Macau?

Nos termos do Acordo-Quadro de Cooperação Guandong-Macau, o governo da REAM disponibiliza, gradualmente, o subsídio de propinas aos alunos de Macau que frequentam os ensinos infantil, primário e secundário, na Província de Guangdong, de modo a promover a equidade educativa, criar melhores condições e disponibilizar apoios mais eficazes para a frequência escolar dos alunos de Macau. Dado que se trate de uma iniciativa recente, é necessário acumular experiência, de forma gradual, tendo em conta a distribuição geográfica da frequência escolar destes alunos, pelo que, no ano lectivo de 2012/2013, se proporcionou, em primeiro lugar e sob a forma de experiência piloto, um subsídio de propinas destinado aos alunos de Macau para frequentarem cursos nas escolas do ensino secundário complementar do regime normal e nas escolas secundárias profissionais, nas Cidades de Zhuhai e Zhongshan, tendo sido beneficiados mais de 260 alunos. O montante do subsídio a atribuir varia entre os alunos e calcula-se de acordo com a situação de pagamento das propinas, com um montante máximo do subsídio, por aluno e por ano lectivo, de 4.000 patacas. No futuro, com base nas experiências do primeiro ano de implementação, o âmbito de



澳門特別行政區政府
Governo da Região Administrativa Especial de Macau
社會文化司司長辦公室
Gabinete do Secretário para os Assuntos Sociais e Cultura

concessão do subsídio será alargado, pela DSEJ, a mais cidades e mais alunos para a Província de Guangdong.



澳門特別行政區政府
Governo da Região Administrativa Especial de Macau
社會文化司司長辦公室
Gabinete do Secretário para os Assuntos Sociais e Cultura

Deputado Tsui Wai Kwan:

10. Os residentes de Macau têm uma forte consciência de autoprotecção e querem limitar a importação de mão-de-obra estrangeira, mas será que impedem mais a mobilidade social? Qual a opinião do Senhor Secretário? Será possível desenvolver a educação ideológica, permitindo os residentes terem uma mentalidade mais aberta, elucidando que o desenvolvimento a longo prazo de Macau precisa de recursos financeiros e técnicas estrangeiros, o mesmo que se sucede com os recursos humanos.

O Governo da RAEM assegura, com firmeza e desde sempre, o direito ao emprego para os residentes locais e admite a mão-de-obra estrangeira como medida complementar ao mercado laboral. Além disso, o Governo da RAEM, em articulação com as necessidades de desenvolvimento sustentável da sociedade, irá desenvolver a educação, de forma activa, e reforçar a criação, o desempenho e a eficácia do mecanismo de formação de talentos, a longo prazo, elevando, de um modo geral, a qualidade dos residentes, nomeadamente nas qualidades competitivas globais dos jovens.

Quanto ao ensino não superior, continuam a ser implementadas a Lei de Bases do Sistema Educativo Não Superior e a escolaridade gratuita de 15 anos, estando ainda em curso a revisão e elaboração, ordenada, do Estatuto das Escolas Particulares, do



澳門特別行政區政府
Governo da Região Administrativa Especial de Macau
社會文化司司長辦公室
Gabinete do Secretário para os Assuntos Sociais e Cultura

Regime de Escolaridade Obrigatória, do Quadro da Organização Curricular da Educação Regular e da Organização e Desenvolvimento da Educação Contínua, entre outros diplomas legais, e, ainda, a implementação do Planeamento para os Próximos 10 Anos para o Desenvolvimento do Ensino Não Superior de Macau, da Política de Juventude de Macau e do Programa de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento Contínuo, melhorando a qualidade educativa e, formando, assim, uma base sólida essencial para a mobilidade social dos residentes. Relativamente aos investimentos em recursos, aumentaram-se apropriadamente os investimentos no ensino, disponibilizando, aos alunos de diferentes níveis de ensino, diversos subsídios e financiamentos, incluindo: bolsas de estudo para o ensino superior, plano de pagamento dos juros ao crédito para os estudos, subsídio para aquisição de material escolar para estudantes do ensino superior, bolsa de mérito para estudos de pós-graduados, subsídios para o pagamento de propinas, para aquisição de material escolar e de alimentação e para a aquisição de manuais escolares, assegurando, assim, a oportunidade de acesso escolar aos alunos de diferentes camadas sociais de modo a tornarem-se quadros qualificados. Formaram-se, de forma activa, a aptidão prática e a capacidade de liderança dos jovens, designadamente no âmbito dos serviços sociais e públicos, formando elites que conhecem melhor os seus direitos e as suas responsabilidades para com Macau. Disponibilizaram-se mais plataformas e apoios para os jovens mostrarem a sua criatividade cultural e artística e intensificaram-se as oportunidades de contacto dos jovens com diferentes línguas e culturas, com o intuito de aumentar a sua consciência e capacidade de competitividade.



澳門特別行政區政府
Governo da Região Administrativa Especial de Macau
社會文化司司長辦公室
Gabinete do Secretário para os Assuntos Sociais e Cultura

Por outro lado, através dos currículos escolares, do aconselhamento aos alunos e actividades juvenis, entre outros, pretendeu-se orientar e educar a geração jovem a ser mais tolerante e aberta, compreendendo a importância da cooperação regional e da globalização face ao desenvolvimento socio-económico de Macau. Por exemplo, para o alargamento dos horizontes dos jovens e em articulação com as necessidades do futuro desenvolvimento de Macau, promoveram-se, junto deles, o intercâmbio com o exterior, o desenvolvimento das indústrias modernas, entre elas as de protecção e conservação ambiental, trânsito ferroviário, culturais e criativas, convenções e exposições, medicina tradicional chinesa e cooperação económica e comercial luso-chinesa, entre outras.

Quanto ao ensino superior, o Governo da RAEM sempre valorizou e incentivou o desenvolvimento integral dos estudantes deste nível de ensino. Através da realização de diversas actividades de aprendizagem, visitas e intercâmbios, bem como de apoios e estímulos dados aos estudantes para que organizem, autonomamente, actividades que lhes permitam desenvolver-se e adquirirem prática, alargando horizontes, adquirindo boa conduta cívica e aumentando a sua capacidade de competitividade. Entretanto, tem sido admitido um certo número de estudantes excelentes oriundos do exterior, de modo a aumentar a diversidade cultural nas escolas, criando mais oportunidades para os estudantes terem contacto com diferentes línguas e culturas, ampliando, assim, os seus horizontes e conhecimentos, ajudando-os a reflectir e a tratar dos problemas com uma visão mais alargada e diversa. Ao mesmo tempo, as



澳門特別行政區政府
Governo da Região Administrativa Especial de Macau
社會文化司司長辦公室
Gabinete do Secretário para os Assuntos Sociais e Cultura

acções de aprendizagem dos estudantes excelentes do exterior, em Macau, contribuem, também, para o melhoramento da qualidade do ensino superior de Macau.

O Governo da RAEM continuará a aperfeiçoar a Base de Dados dos Recursos Humanos Qualificados do Ensino Superior. Neste âmbito, já se produziram previsões sobre a oferta e procura de quadros qualificados nas áreas do Pessoal Docente, Enfermagem, Assistência Social, Informática e Tecnologia, bem como no sector da Hotelaria e das Convenções e Exposições, verificando-se que, nalguns destes sectores, a procura é elevada. Estes dados, para além de ajudarem a determinar os pontos principais e as orientações de trabalho para a formação de quadros qualificados, servirão, também, de referência para a definição de políticas e medidas e, ainda, para a reflexão e discussão das respectivas questões.